

## Resolução

### RESISTIR E LUTAR POR UM PORTUGAL COM FUTURO

A política neo-liberal do Governo PSD-CDS está a provocar recessão económica, austeridade violenta e desigualdades, agravamento do desemprego, empobrecimento da população e enfraquecimento da própria democracia, política económica, social e cultural.

O aumento brutal dos preços dos bens e serviços essenciais e a quebra de rendimentos estão a tornar insustentável a vida dos trabalhadores (as) e das suas famílias, ao mesmo tempo que os accionistas dos grandes grupos económicos e financeiros continuam a aumentar os lucros, a sua riqueza pessoal, a utilizar os paraísos fiscais para fugir ao pagamento de impostos e a reduzir os investimentos.

As promessas eleitorais do PSD e do CDS, de não aumentar impostos e de não tocar no subsídio de Natal, não são respeitadas e o seu incumprimento transforma-se num pesadelo para os trabalhadores, a juventude, os reformados e outras camadas da população.

Retomando uma prática do Governo do PS, o anúncio daquele que é apresentado como o último programa de austeridade, antecede o próximo que acrescentará mais sacrifícios àqueles que tão sacrificados têm sido com esta política de roubo e de chantagem dos grandes interesses capitalistas externos e internos.

Esta é a política de direita de cortes cegos na “despesa” que avança com novos e perigosos ataques a serviços públicos e a funções sociais do Estado na Saúde, na Educação e na Segurança Social. Programam a saúde, o ensino e a protecção social, incluído o nº de trabalhadores afectos a estes e outros sectores, não em função das necessidades da população, mas sim de acordo com as disponibilidades financeiras que sobejam depois de satisfazerem as imposições dos capitalistas.

Entretanto prossegue o abandono da produção nacional de que a desindustrialização e a dependência alimentar são expressões mais relevantes. São as privatizações e a alienação “em saldo” a favor do capital estrangeiro, de empresas estratégicas de produção e distribuição de energia, comunicações e telecomunicações, combustíveis, água, transportes.

É o ataque ao regime de protecção no despedimento, com a tentativa de reduzir drasticamente as indemnizações recorrendo, nomeadamente, a criação de um fundo que, pelo ridículo dos valores individuais em causa e por todo o modelo apresentado, se destina a servir de instrumento de destruição do regime de protecção ao despedimento, garantido pela constituição.

É o ataque ao poder local, aos serviços que presta às populações e ao emprego útil que cria.

Este é um programa de agressão aos trabalhadores, ao povo e ao país, que enfraquece ou elimina direitos laborais e sociais, que destrói emprego e generaliza a precariedade, que reduz os salários e as pensões, para aumentar a exploração e desequilibrar ainda mais a distribuição da riqueza a favor do capital.

A hora é de acção contra esta política de desastre nacional.

Portugal precisa de uma política alternativa que, batendo-se pela renegociação da dívida e por outras mudanças nas políticas da U.E., promova o investimento público e privado e dinamize o sector produtivo visando também a produção nacional de bens e serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade, que aposte no crescimento económico para criar mais e melhor emprego e combata a economia paralela, que assegure uma justa distribuição da riqueza e promova a procura interna, que combata a pobreza e as políticas que visam a sua perpetuação, que valorize o trabalho e respeite os trabalhadores e as trabalhadoras.

Neste sentido, o Conselho Nacional da CGTP-IN, decide:

## **PROMOVER UMA FORTE DINAMIZAÇÃO DA ACÇÃO REIVINDICATIVA PARA 2012**

- <sup>1</sup> Com uma **Acção Sindical Integrada**, a partir dos locais de trabalho dos sectores privado e público, como elemento estratégico para desenvolver a acção reivindicativa e dinamizar a contratação colectiva em articulação com o reforço da organização sindical e da sindicalização.
- <sup>1</sup> Pelo **exercício pleno da contratação colectiva** em ligação com a apresentação de propostas reivindicativas nos locais de trabalho estratégicos do Sector Privado, da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado, em simultâneo com o combate firme e determinado contra as propostas governamentais e patronais que visam aniquilar as convenções colectivas enquanto instrumento de consagração e de valorização dos direitos laborais e sociais;
- <sup>1</sup> Por uma justa distribuição da riqueza que passa, nomeadamente, pelo **aumento dos salários**. Neste quadro, reafirma-se a exigência que o **SMN seja fixado de imediato nos 500€** e atinja os 600€ em 2013;
- <sup>1</sup> Pelo **direito ao trabalho e ao trabalho com direitos**, contra o desemprego e a precariedade:
- <sup>1</sup> Pela **integração no quadro de efectivos** das empresas e serviços, de todos os trabalhadores com vínculo precário que ocupam postos de trabalho permanentes;
- <sup>1</sup> **Contra a alteração da legislação laboral** que liberaliza os despedimentos, generaliza a precariedade pela via do "contrato único", reduz os salários e a protecção social e ataca a Segurança Social;
- <sup>1</sup> Pelo **respeito dos horários consagrados na lei e nos CCT's**. A CGTP-IN reivindica ainda a **redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas, sem diminuição do salário**, para incentivar a criação de emprego e combater o desemprego.
- <sup>1</sup> Pelo **aumento do valor das pensões**, tendo como limiar mínimo a inflação verificada em 2010 e 2011;
- <sup>1</sup> Pela **melhoria da protecção social no desemprego**;
- <sup>1</sup> Pela **defesa do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública e da Segurança Social**. Por um **Poder Local** capaz de servir as populações.

## **DIA 1 DE OUTUBRO, EM LISBOA E NO PORTO**

### **CONTRA O EMPOBRECIMENTO E AS INJUSTIÇAS EMPREGO, SALÁRIOS, PENSÕES, DIREITOS SOCIAIS**

#### **EXIGE-SE UMA MOBILIZAÇÃO EXCEPCIONAL**

Os tempos são de acção e luta que, no imediato passam por uma grande mobilização para as **Manifestações do dia 1 de Outubro**, dia do 41º Aniversário da CGTP-IN. Nesse sentido:

- <sup>1</sup> Vamos reforçar o trabalho de base com a realização de **Plenários** no maior número de locais de trabalho todos os sectores de actividade, articulando a discussão e a dinamização das reivindicações

para a resolução concreta dos problemas que afectam os trabalhadores, com uma forte mobilização para o **Dia Nacional de Protesto, Proposta e Luta, em Lisboa e no Porto.**

→ Vamos alargar a **unidade na acção** a todos os trabalhadores, independentemente da sua filiação sindical, considerando as suas opiniões, afirmando as nossas propostas e a importância da sua adesão e presença activa nesta luta que é de todos.

→ Vamos convidar à participação activa e solidária de outras camadas da população como **os jovens** – com os mais diversos vínculos de trabalho, – **os desempregados, os pensionistas e reformados e os imigrantes, e as suas organizações e movimentos específicos**, nesta luta premente de resposta aos problemas do presente e pela construção de um futuro melhor para todos quantos vivem e trabalham em Portugal.

→ Vamos apoiar, divulgar e valorizar as **iniciativas sectoriais e de empresa** que se vão realizar nos próximos tempos, de resposta às políticas patronais e de luta pelas justas reivindicações dos trabalhadores.

→ Vamos participar activamente nas iniciativas previstas para este mês, nomeadamente:

- 15 Setembro – **Encontro sobre a Contratação Colectiva** e a estratégia reivindicativa do MSU para 2011/2012 e a luta pelo Salário Mínimo Nacional;
- 16 Setembro – **Acção de luta Nacional descentralizada com a juventude** em torno da “precariedade e desemprego, por emprego digno”;
- 22 Setembro – **Iniciativa pública contra as privatizações**, pelo reforço da intervenção do Estado nas empresas e sectores estratégicos para o desenvolvimento do país.

**ESTAMOS DETERMINADOS E VAMOS FAZER DO DIA 1 DE OUTUBRO UM MOMENTO ALTO DA LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO, POR UM PORTUGAL SOBERANO, DE PROGRESSO E JUSTIÇA SOCIAL.**

Lisboa, 8 de Setembro de 2011